

Superior Tribunal de Justiça

Caderno de Questões

NÍVEL SUPERIOR – DIREITO - SECRETARIA JUDICIÁRIA

Data: 20/10/2019

Número de questões: 40 (quarenta)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o curso que você está matriculado, caso não seja, solicite a substituição para o fiscal da sala.
2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada. Preencher a folha pintando toda a bolinha, conforme exemplo: 
3. Cada candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Resposta com seu nome e CPF para transcrever as respostas da prova. Confira se os dados estão corretos.
4. A Folha de Resposta não será substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
5. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.
6. O tempo previsto para aplicação das provas será de 2h00 min, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
7. O candidato somente poderá levar o caderno de questões da prova objetiva faltando 30 (trinta) minutos para o final da prova.
8. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc), livros, anotações, etc.
9. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
 - *Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
 - *For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
- *Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
- *Se recusar a entregar o material de provas ao término do tempo de provas;
- *Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- *Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
10. Os cadernos e gabaritos provisórios serão divulgados no sítio do CIEE no dia **21/10/2019**.
11. As datas previstas para interposição dos recursos serão de dois dias úteis a contar da divulgação dos gabaritos.
12. Para interpor recurso, o candidato deverá preencher formulário específico, constante no Anexo XII, e enviar mensagem eletrônica para a caixa corporativa euandidato@ciee.org.br, das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia.
13. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
14. Serão elaboradas listas de classificação, divididas por curso, em ordem decrescente de pontos obtidos.
15. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet.
16. O resultado definitivo será divulgado no dia **26/11/2019**, para os estudantes de nível médio, nível superior, no sítio do CIEE na internet.
17. O processo seletivo terá validade até **31/12/2020**, podendo ser prorrogado a critério do STJ.
18. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE www.ciee.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.
19. A participação no processo seletivo implica na concordância com todas as normas e condições contidas no Edital de Seleção e respectivo Termo Aditivo.

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Consumo e felicidade

Patrick Terrien, chef francês e diretor da escola de culinária Le Cordon Bleu, declarou à coluna “As últimas 10 coisas que comprei”, do caderno Vitrine, da Folha, ter comprado champanhe, flores, *foie gras*, laranjas, cogumelos selvagens, água, jornal, pão, um CD e entradas para o cinema.

O que uma pessoa compra dá uma boa noção de como ela vive. No caso do chef, tudo o que ele comprou foi para o consumo em família, para presentear um amigo e sair com a mulher.

Comprou coisas que não duram nem podem ser exibidas, mas podem tornar a relação entre as pessoas próximas a ele mais agradável e apetitosa.

A lista me surpreendeu, pois já havia notado que vários entrevistados da coluna falam de objetos que exibem seu poder aquisitivo, de modo a agregar valor a si próprios, digamos, convertendo-se em produtos.

Tornar a si mesmo vendável é, para o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, uma das tarefas mais importantes que as pessoas têm numa sociedade de consumo, além de conquistar a felicidade. Para ele, a felicidade é o principal objetivo da sociedade de consumo.

A aquisição de mercadorias satisfaz nossos desejos e providencia nossa felicidade. Mas os desejos são inesgotáveis. Brotam de todo contato que temos com o que existe no mundo. Um dá lugar a outro, e satisfazê-los é tarefa impossível.

Como as mercadorias são produzidas com a finalidade primeira de serem compradas, a sociedade de consumo precisa permanentemente provocar nossa insatisfação com o que temos e aticar nosso desejo pelo que ainda não temos.

Toda propaganda de alguma mercadoria sugere, subliminarmente, que aquela que temos está ultrapassada e não pode nos oferecer o que a nova poderá. Não comprá-la é ficar em falta com nós mesmos e não pertencer ao círculo especial dos que já a adquiriram.

Enredados nesse modo contínuo de insatisfação-descarte-consumo, compreendemos

a máxima da vida: sempre seremos felizes por pouco tempo.

Toda suposta felicidade antecipa uma infelicidade. E, enquanto saltamos de uma infelicidade a outra, a almejada felicidade passa a ser um breve intervalo, sempre imperceptível.

A felicidade, substituída pela satisfação de desejos nunca aplacáveis, jamais é experimentada. O que nos resta é a ansiedade da felicidade.

As compras do chef francês sugerem que ele se desvia dessa sedução consumista. Fruir, mais do que ter. E não apenas o sabor do *foie gras* ou dos cogumelos, mas, o prazer de repartir com amigos e familiares pequenos prazeres. Celebração e simplicidade.

(Dulce Critelli. Folha de São Paulo. Novembro de 2009. Com adaptações.)

1. De acordo com as informações apresentadas no 1º§ do texto, é possível afirmar que os argumentos são evidenciados através de:

- (A) Desejo imperceptível.
- (B) Prova real e explícita.**
- (C) Descrição de fatos irrelevantes.
- (D) Relação de consumo externado.

2. Dentre as afirmações apresentadas, assinale a que evidencia um parecer da autora de maneira visível e categórica.

- (A) “(...) a felicidade é o principal objetivo da sociedade de consumo.” (5º§)
- (B) “No caso do chef, tudo o que ele comprou foi para o consumo em família, para presentear um amigo e sair com a mulher.” (2º§)
- (C) “(...) a sociedade de consumo precisa permanentemente provocar nossa insatisfação com o que temos e aticar nosso desejo pelo que ainda não temos.” (7º§)**
- (D) “(...) declarou à coluna ‘As últimas 10 coisas que comprei’, do caderno Vitrine, da Folha, (...) champanhe, flores, *foie gras*, laranjas, cogumelos selvagens, água, jornal, pão, um CD e entradas para o cinema.” (1º§)

3. É possível inferir que a intenção comunicativa da autora está relacionada à seguinte alegação:

- (A) A sociedade consumista.
- (B) O cotidiano habitual e social.
- (C) A satisfação dos desejos mais profundos.
- (D) A busca da felicidade através da simplicidade.

4. Em “Para ele, a felicidade é o principal objetivo da sociedade de consumo.” (5º§), o termo assinalado pode ser substituído, sem prejuízo semântico, por:

- (A) Completo.
- (B) Emocionante.
- (C) Imprescindível.
- (D) Despretensioso.

5. Considerando o excerto “Comprou coisas que não duram nem podem ser exibidas, mas podem tornar a relação entre as pessoas próximas a ele mais agradável e apetitosa.” (3º§), a expressão destacada pode ser determinada, morfologicamente, por:

- (A) Conjunção, porque liga duas orações.
- (B) Adjetivo, pois caracteriza o termo “coisas”.
- (C) Advérbio, porque modifica o sentido do verbo “poder”.
- (D) Pronome, pois acompanha o nome “exibidas”, qualificando-o.

6. Das afirmativas transcritas do texto, assinale aquela cuja ação verbal aconteceu num determinado momento do passado, tendo o seu início e o seu fim no passado.

- (A) “A lista me surpreendeu, (...)” (4º§)
- (B) “Mas os desejos são inesgotáveis.” (6º§)
- (C) “(...) sempre seremos felizes por pouco tempo.” (9º§)
- (D) “O que nos resta é a ansiedade da felicidade.” (11º§)

7. Levando em consideração a classificação das palavras empregadas no texto, assinale a associação INDEVIDA.

- (A) “Celebração e simplicidade.” (12º§) – preposição.
- (B) “O que uma pessoa compra dá uma boa noção de como ela vive.” (2º§) – adjetivo.
- (C) “A felicidade, substituída pela satisfação de desejos nunca aplacáveis, já é experimentada.” (11º§) – advérbio de tempo.
- (D) “Não comprá-la é ficar em falta com nós mesmos e não pertencer ao círculo especial dos que já a adquiriram.” (8º§) – pronome pessoal oblíquo.

8. Levando em consideração a norma-padrão da Língua Portuguesa e a vigência do Novo Acordo Ortográfico, apresenta ERRO de grafia a seguinte afirmativa:

- (A) Ainda há dúvidas quanto a este assunto?
- (B) Comprei o necessário para a preparação da festa beneficente.
- (C) Esclareceu a cerca da felicidade relacionada ao consumismo.
- (D) Mal entrou no *shopping* e começou a comprar roupas e sapatos.

9. Assinale, a seguir, uma condição de concordância nominal INACEITÁVEL.

- (A) É necessária confiança.
- (B) Ela ficou meio insatisfeita com os presentes.
- (C) Elas mesmas disseram que a compra foi desnecessária.
- (D) Paulo disse meias palavras devido ao seu bom senso.

10. Considerando a adequação linguística, há ERRO de flexão das palavras em:

- (A) Os cidadãos anteciparam a infelicidade.
- (B) Os órfãos consumiram descontroladamente.
- (C) As sempre-vivas embelezam os jardins da praça.
- (D) As compras do chef francês se resumem em bananas-pratas.

DIREITO CIVIL

11. As leis brasileiras, salvo disposição em contrário, começam a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada. A vigência de uma determinada lei, caso não seja temporária, perdurará até que outra a modifique ou revogue. Sobre a revogação da lei, é correto afirmar que

(A) se houver incompatibilidade entre dois textos de lei, prevalece o mais recente, considerando-se implicitamente revogado o texto anterior.

(B) sempre ocorrerá o efeito repristinatório em relação às leis brasileiras, ou seja, uma norma revogada se restaurará automaticamente caso a lei revogadora tenha perdido a vigência.

(C) se a lei nova possuir dispositivos a par dos já existentes, revogará a lei anterior.

(D) só ocorrerá a revogação de uma lei, quando ultrapassado um ano completo de vigência da lei anterior.

12. Excepcionalmente, no território brasileiro, aplicam-se as leis estrangeiras. Assinale a alternativa que indica a correta aplicação da lei referente ao espaço.

(A) Para regular as relações concernentes aos bens ou qualificá-los, aplicam-se as leis brasileiras, mesmo se situados em outro país.

(B) A lei do país em que faleceu o defunto regulará a sucessão do *de cujus*.

(C) A autoridade judiciária brasileira é a única competente para conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.

(D) A sentença proferida no estrangeiro, independentemente de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, poderá ser executada no Brasil caso esteja traduzida.

13. Todas as pessoas possuem personalidade, contudo nem todas são capazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil. Abaixo

estão relacionados incapazes e relativamente incapazes.

I. Menores de 16 anos.

II. Pródigos.

III. Viciados em tóxico.

IV. Ébrios habituais.

As proposições que indicam apenas as pessoas relativamente incapazes são, somente,

(A) II e IV.

(B) I, III e IV.

(C) I, II, III.

(D) II, III e IV.

14. A pessoa natural deixa de existir com a morte. Conforme dispõe o Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, pode ser declarada a morte presumida.

(B) Mesmo se ainda existirem as buscas e averiguações em relação ao ausente ou desaparecido, poderá ser requerida a declaração da morte presumida, sem fixação de data provável do falecimento.

(C) Após dois anos do término de guerra, se alguém for feito prisioneiro ou desaparecido em campanha, terá declarada a sua morte presumida.

(D) A sentença declaratória de morte presumida será registrada em registro público.

15. O lugar onde a pessoa natural estabelece a sua residência com ânimo definitivo, de acordo com o Código Civil brasileiro, é considerado seu domicílio. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

(A) Se a pessoa natural tiver inúmeras residências com ânimo definitivo, será considerada apenas a residência mais antiga como seu domicílio.

(B) A União possui como domicílio a cidade mais populosa e com maior poder econômico.

(C) O domicílio das pessoas jurídicas será, necessariamente, o mesmo domicílio do seu representante.

(D) Possuem domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

16. O negócio jurídico para que produza efeitos no mundo jurídico deverá ser válido. A validade do negócio jurídico está condicionada a certos requisitos como

- (A) a vontade e o consentimento.
- (B) o agente capaz e o objeto lícito, possível, determinado ou determinável.**
- (C) a plena capacidade e a matéria.
- (D) a forma prescrita ou não defesa em lei e a escritura pública.

17. Quando há impedimento da livre vontade e da boa-fé, prejudicando a validade do negócio jurídico, não existindo expressamente a espontaneidade, pode-se afirmar que o defeito do negócio jurídico se classifica em:

- (A) simulação.
- (B) vício do consentimento.**
- (C) vício social.
- (D) ignorância da lei.

18. Se um ato produzir efeitos jurídicos contrários ao ordenamento jurídico brasileiro, violando o direito, é considerado ato ilícito. Sobre os atos ilícitos, analise as proposições abaixo e, considerando V para verdadeiro e F para falso, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Se por negligência e imprudência alguém violar direito e causar dano a outrem, comete ato ilícito.
 - () Causar dano exclusivamente moral a outrem não significa cometer ato ilícito.
 - () Atos praticados no exercício regular de um direito reconhecido não podem ser constituídos como atos ilícitos.
 - () Em todas as hipóteses de lesão à pessoa, constituirá ato ilícito.
- (A) V / F / F / V
 - (B) F / F / V / V
 - (C) V / F / V / F**
 - (D) V / V / F / F

19. João e Gabriel assinaram um contrato com as seguintes condições: João pagaria um professor de tênis, durante cinco anos, para que Gabriel pudesse treinar, competir e, posteriormente, ganhar um campeonato que será disputado daqui os mesmos cinco anos, desde que, quando confirmado o primeiro lugar, Gabriel repassasse a corrente e pagasse para uma outra pessoa um professor durante os mesmos cinco anos. Nesse contrato, vemos as modalidades de negócio jurídico, as quais estão elencadas na coluna da esquerda abaixo. Relacione as colunas abaixo e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

Espécies de modalidades de negócios jurídicos			Efeitos
1.	Condição	()	Suspende o exercício do direito, mas não a aquisição.
2.	Termo	()	Não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico.
3.	Encargo	()	Se suspensiva, suspende a aquisição e exercício do direito

- (A) 1 / 2 / 3
- (B) 3 / 2 / 1
- (C) 1 / 3 / 2
- (D) 2 / 3 / 1**

20. De acordo com o Código Civil, a prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não fixar prazo menor. Acerca da prescrição, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma hipótese de interrupção da prescrição.

- (A) Não vencimento do prazo em negócio com condição suspensiva.**
- (B) Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

- (C) Apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores.
- (D) Despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. A Constituição é a lei fundamental do Estado e compreende a organização dos elementos essenciais. Em síntese, a Constituição é o conjunto de normas que organiza os elementos constitutivos do Estado. Analise as proposições abaixo e, considerando V para verdadeiro e F para falso, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A Constituição de 1988 é classificada quanto à forma e quanto à estabilidade como sendo escrita e rígida, respectivamente.
- () As constituições ortodoxas possuem apenas uma ideologia.
- () Constituições impostas à vontade popular é classificada como promulgada, em relação à sua origem.
- () Serão consideradas dogmáticas as constituições que levam em consideração os ideais de um povo em determinada época.

- (A) V / V / F / V
 (B) V / V / F / F
 (C) F / F / V / V
 (D) V / F / V / F

22. A interpretação das normas constitucionais considera alguns critérios hermenêuticos, considerando elementos tradicionais de interpretação jurídica. O _____ busca analisar o contexto em que a norma constitucional foi criada, enquanto pelo _____ o intérprete busca a finalidade da norma. Outrossim, o _____ busca correlacionar todos os dispositivos normativos de uma Constituição, interpretando-a como um todo.

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas do trecho acima.

- (A) elemento gramatical / elemento histórico / elemento genético
 (B) elemento histórico / elemento teleológico / elemento sistemático
 (C) elemento genético / elemento gramatical / elemento teleológico
 (D) elemento gramatical / elemento sistemático / elemento histórico

QUESTÃO ANULADA:

23. A Constituição Federal apresenta uma série de garantias e direitos fundamentais à população. Acerca do tema, assinale a alternativa que apresenta cinco direitos fundamentais basilares para o ordenamento jurídico.

- (A) Direito à vida, à alimentação, à segurança, à justiça e ao trabalho.
 (B) Direito à religião, à vida, ao trabalho, à expressão e à liberdade.
 (C) Direito à imagem, à alimentação, ao trabalho, à propriedade e à religião.
 (D) Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

24. A Constituição Federal elenca inúmeros direitos fundamentais individuais, sendo correto afirmar que

- (A) considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o terrorismo, dentre outros.
 (B) em hipótese alguma haverá pena de morte no Brasil, assim como penas de caráter perpétuo e de trabalhos forçados.
 (C) a prisão ilegal será relaxada somente após requerimento do réu, sem a necessidade do devido processo legal.
 (D) a prática do racismo constitui crime inafiançável, porém deverá ser apurado dentro do prazo prescricional.

25. Os cidadãos, por meio de um instituto previsto na Constituição Federal, poderão

participar diretamente na elaboração de leis, inovando o ordenamento jurídico em âmbito federal, estadual e municipal, desde que atendidos os requisitos legais, como a reunião de um número mínimo de assinaturas. Assinale a alternativa que indica o referido instituto.

- (A) Ação Popular.
- (B) Referendo.
- (C) **Iniciativa Popular.**
- (D) Plebiscito.

26. A atividade da administração pública direta e indireta, conforme disposição da Constituição Federal, deverá ser exercida de maneira perfeita, funcional, com resultados positivos e atendimento satisfatório ao serviço público, respeitando, assim, um dos princípios básicos da Administração Pública, qual seja

- (A) Princípio da Legalidade.
- (B) Princípio da Moralidade.
- (C) Princípio da Publicidade.
- (D) **Princípio da Eficiência.**

27. Servidores Públicos são pessoas vinculadas ao Estado por meio de uma relação de trabalho de natureza não eventual, com direitos básicos previstos na Constituição Federal. Sobre os servidores públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É obrigatória a avaliação especial de desempenho para a aquisição da estabilidade.
- (B) **A única maneira de perda de cargo por um servidor público estável é por meio de sentença judicial transitada em julgado.**
- (C) Os proventos de aposentadoria e as pensões não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.
- (D) Após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, são estáveis.

28. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três ministros. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar

- (A) **em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.**
- (B) ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- (C) causas e conflitos entre a União e os Estados.
- (D) em recurso ordinário, crime político.

29. O Ministério Público é um órgão autônomo que exerce função de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Acerca do órgão, analise as proposições abaixo.

- I. Os membros do Ministério Público possuem o direito de participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- II. Cabe ao Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- III. O Conselho Nacional do Ministério Público é presidido pelo Procurador-Geral da República.
- IV. Os membros do Ministério Público somente perderão o cargo por sentença judicial ou por decisão do chefe do Poder Executivo.

É correto o que se afirma apenas em

- (A) II, III e IV.
- (B) **II e III.**
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.

30. A Constituição Federal traz prerrogativa aos magistrados e membros do Ministério Público, a qual impede sua remoção da Comarca em que atua, salvo por promoção aceita, remoção a pedido, ou em virtude de decisão do tribunal competente diante do

<p>interesse público. Essa prerrogativa é chamada de</p> <p>(A) Inamovibilidade. (B) Irredutibilidade. (C) Vitaliciedade. (D) Disponibilidade.</p>	<p>(B) I, II e V, apenas. (C) I, II, III, IV e V. (D) I, II, IV e V, apenas.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p> <p>31. De acordo com as disposições do Novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta em relação aos prazos processuais.</p> <p>(A) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 30 (trinta) dias o prazo para a prática de ato processual. (B) É vedado ao juiz reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes. (C) Não serão considerados tempestivos os atos praticados antes do termo inicial do prazo. (D) Quando a lei for omissa, o juiz determinará prazo de no máximo dez dias, para toda e qualquer hipótese.</p>	<p>33. A intimação do Ministério Público para intervenção como fiscal da ordem jurídica será feita em trinta dias. Dentre as hipóteses de intervenção, assinale a alternativa que indique um dos processos de atuação obrigatória do Ministério Público.</p> <p>(A) Processos com participação da Fazenda Pública. (B) Processos que envolvam litígios individuais pela posse de terra rural. (C) Processos de interesses particulares. (D) Todos os processos que envolvam interesses de incapazes.</p>
<p>32. O Código de Processo Civil garante a capacidade para estar em juízo de toda a pessoa que se encontre no exercício de seus direitos. Ademais, a legislação trata sobre a representatividade em juízo das partes, ativa e passivamente, conforme abaixo:</p> <p>I. a União é representada em juízo pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou por órgão vinculado. II. o espólio é representado pelo inventariante. III. o condomínio é representado pela assembleia de condôminos. IV. a massa falida é representada pelo Administrador Judicial. V. a pessoa jurídica é representada por quem os atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores.</p> <p>É correto o que está contido em</p> <p>(A) III e IV, apenas.</p>	<p>34. As partes tomam ciência dos atos e termos do processo mediante intimação. O ordenamento jurídico dispõe que as intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico. Se não realizadas por meio eletrônico ou por publicação no órgão oficial, incumbe ao escrivão ou chefe de secretaria a intimação</p> <p>(A) por oficial de justiça. (B) por edital. (C) por correio com carta registrada e aviso de recebimento. (D) por hora certa.</p> <p>35. A petição inicial possui requisitos formais expressamente previstos no Código de Processo Civil. Sobre tais requisitos, assinale a alternativa que traz a afirmação correta.</p> <p>(A) A petição inicial será indeferida de ofício caso não indique os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu. (B) A petição inicial poderá dispensar os fundamentos jurídicos do pedido,</p>

<p>bastando indicar os fatos e as especificações do pedido.</p> <p>(C) O juízo a que é dirigida a petição inicial é requisito fundamental.</p> <p>(D) O valor da causa é o único requisito dispensável da petição inicial.</p>	<p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) II, IV e V.</p>
<p>36. O réu poderá oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias, a contestação. Antes de discutir o mérito, o réu poderá alegar que a ação possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. Assinale a alternativa que indique a alegação do réu caso isso ocorra.</p> <p>(A) Coisa julgada.</p> <p>(B) Litispendência.</p> <p>(C) Conexão.</p> <p>(D) Perempção.</p>	<p>39. Sobre a preclusão no direito processual civil, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Ocorre quando há a perda do direito da ação, tendo em vista o decurso do tempo.</p> <p>(B) É a perda do direito de ação pelo abandono de causa.</p> <p>(C) É a perda de pretensão da reparação do direito violado por inércia do titular do direito no prazo legal.</p> <p>(D) Consiste na perda de uma faculdade ou direito processual.</p>
<p>37. O juiz, para resolver as questões processuais pendentes, delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, definir a distribuição do ônus da prova, dentre outras atribuições, dará decisão específica. Assinale a alternativa que traz o nome da referida decisão.</p> <p>(A) Decisão de saneamento e de organização do processo.</p> <p>(B) Ato ordinatório.</p> <p>(C) Decisão parcial de mérito.</p> <p>(D) Sentença.</p>	<p>40. A competência interna em matéria civil pode ter natureza objetiva, funcional ou territorial. Em relação à competência funcional, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Diz respeito à distribuição das atividades jurisdicionais entre os órgãos que podem atuar no processo das atividades jurisdicionais.</p> <p>(B) É atribuída aos diversos órgãos, tendo em consideração a divisão do território nacional.</p> <p>(C) Competência determinada pelo valor da causa.</p> <p>(D) A natureza da causa ou a qualidade das partes definem esse tipo de competência.</p>
<p>38. Após todo o trâmite processual, compete ao juiz sentenciar a demanda, existindo sentença com ou sem resolução do mérito. Abaixo são citadas as hipóteses de sentenças resolutivas de mérito:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. proferidas de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição. II. que homologam a transação entre as partes. III. que acolhe ou rejeita o pedido formulado na ação ou na reconvenção. IV. que homologam a desistência da ação. V. que reconheça a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada. <p>É correto o que se afirma apenas em</p>	